A European Union Programme

INTERNATIONAL URBAN COOPERATION
European Union

VISÃO GERAL DAS FONTES FINANCEIRAS NO NÍVEL NACIONAL

PROGRAMA INTERNACIONAL DE COOPERAÇÃO URBANA

ÍNDICE

1. FONTES DE FINANCIAMENTO 4

1.1. Fontes públicas 5

1.1.1. RECEITAS DE FONTES PRÓPRIAS 5

1.1.2. REPASSES INTERGOVERNAMENTAIS 8

1.1.3. OUTROS FINANCIAMENTOS DOMÉSTICOS 8

1.2 Fontes privadas 10

2. CONCLUSÕES 10

A European Union Programme

INTRODUÇÃO

Esta segunda publicação da série financeira do Programa Internacional de Cooperação Urbana (IUC) tem como objetivo oferecer uma visão geral das fontes financeiras disponíveis no nível nacional para o desenvolvimento urbano, ajudando a entender o leque de opções acessíveis no mercado e a inspirar a exploração de soluções inovadoras.

Dado o forte vínculo entre o financiamento nacional e o internacional, esta edição baseia-se bastante na primeira publicação, "Visão geral das fontes e instituições financeiras internacionais". Com instituições internacionais fornecendo empréstimos e outros mecanismos de financiamento para o desenvolvimento urbano, os governos municipais precisam determinar o instrumento de financiamento apropriado para gerar receita e amortizar esse financiamento.

Além de apresentar abordagens e modalidades tradicionais de financiamento municipal, este estudo também procura delinear soluções inovadoras para a mobilização de receitas para governos municipais e subnacionais, usando estudos de caso para fins ilustrativos.

Dada a extensão desta publicação, não é possível o aprofundamento em todos os temas, e algumas áreas, como mecanismos e opções inovadoras de financiamento, inclusive títulos verdes, parcerias público-privadas e financiamento coletivo, serão descritas mais detalhadamente na terceira parte da série financeira do IUC. Pelo mesmo motivo, ao longo do estudo são apresentadas referências para quem busca mais informações sobre temas ou países específicos.

1. FONTES DE FINANCIAMENTO

Ainda que as formas tradicionais de financiamento municipal, inclusive receitas de fontes próprias, como taxas e impostos, empréstimos, subvenções e subsídios, mantenham sua importância, o papel dos novos instrumentos financeiros e do setor privado se torna vital devido ao nível elevado de investimento necessário para assegurar o desenvolvimento sustentável local. As fontes de financiamento nacionais podem ser agrupadas como receita proveniente/que permitam o uso de fontes próprias, apoio financeiro recebido do governo central e ferramentas financeiras oferecidas pelo setor privado.

Figura 1. Fontes de financiamento no nível nacional

A European Union Programme

1.1. FONTES PÚBLICAS

1.1.1. RECEITAS DE FONTES PRÓPRIAS

Sistemas de arrecadação de receitas com bom funcionamento aumentam a autonomia fiscal local, fornecendo fontes confiáveis de receitas para os governos municipais.

Geralmente as receitas de fontes próprias de um governo municipal são compostas por taxas de usuários, encargos e impostos.

Embora as receitas de fontes próprias tenham um potencial elevado, a escala em que são usadas depende muito do sistema institucional do país. Estatísticas mostram que, nos países em desenvolvimento, particularmente onde os governos municipais não conseguem arrecadar receitas suficientes, esses governos continuam altamente dependentes do financiamento externo, como os repasses do governo nacional.

Impostos

Essa fonte de receitas tem importância estratégica, pois geralmente está sob controle dos governos subnacionais. Taxas podem ser cobradas sobre imóveis, renda, vendas, atividades comerciais e outros bens ou atividades. A receita gerada depende do valor ou tamanho do produto ou atividade em questão[1].

Características de um bom imposto municipal

1. A base tributária deve ser relativamente estática para que os governos municipais possam alterar as alíquotas sem perder uma parcela significativa dessa base.
2. O rendimento dos impostos deve ser adequado para atender às necessidades locais, aumentar ao longo do tempo à medida que as despesas aumentarem e ser relativamente estável e previsível.
3. O imposto não deve ser fácil de ser exportado para não residentes.
4. A base tributária deve ser visível para assegurar a transparência.
5. Os contribuintes devem ter a percepção de que o imposto é justo.
6. O imposto deve ser relativamente fácil de administrar.

Fonte: Bird (2001a)

Geralmente, os governos municipais e regionais contam com um conjunto de impostos, o que também proporciona flexibilidade para reagir às condições locais, como mudanças na economia, evolução demográfica e necessidades de gastos, mudanças no clima político, etc.

1. Challenges and Opportunities for Urban Climate Finance – Lessons Learned from eThekwini, Santiago de Chile e Chennai, GIZ, 2017

Uma forma inovadora de tributação é a captura do valor da terra.

A regulamentação, planejamento ou investimento público podem aumentar o valor dos terrenos. Por exemplo, a melhoria da infraestrutura rodoviária aumenta o valor dos terrenos nos subúrbios. A "reformulação do zoneamento", isto é, a liberação de uma área para incorporações e uso comercial mais intensos aumenta a demanda por essas áreas, aumentando também seu valor. A captura do valor da terra permite que o setor público participe financeiramente dessa valorização[2].

Captura do valor da terra: o sistema de metrô de Hong Kong (MTR)

A MTR Corporation possui 91 km de linhas, 53 estações e mais de 1.000 vagões, com movimentação média superior a 2,5 milhões de passageiros nos dias úteis. A construção do MTR foi anunciada em 1973, com um custo inicial de HK$ 5 bilhões, e o governo de Hong Kong, que era o único acionista, forneceu um terço do investimento de capital inicial, e o restante do investimento foi captado por meio de outros mecanismos financeiros.

No caso de Hong Kong, a totalidade da terra é de propriedade do Estado, e o governo a arrenda com base em um sistema específico de contratação fundiária. Em média, as receitas de arrendamento representaram 17% do total das receitas governamentais.

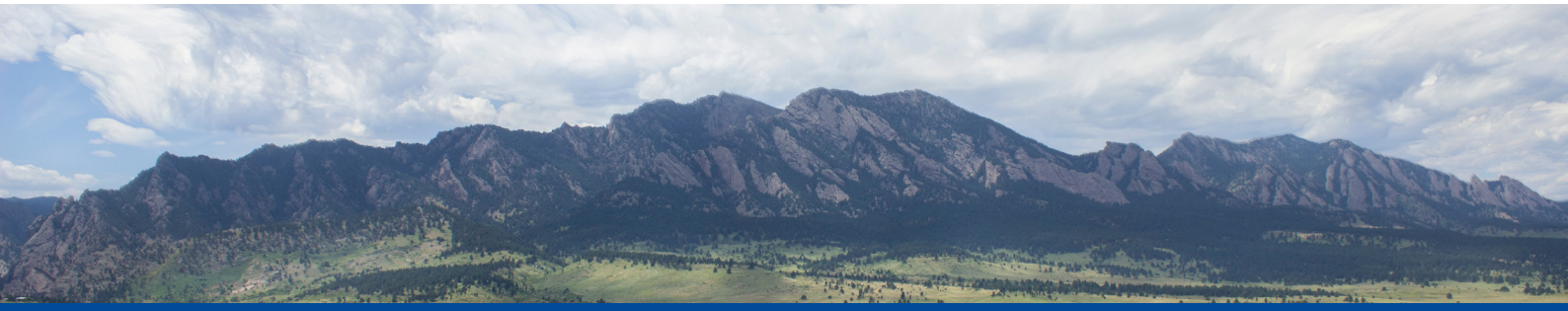
Em 1982, o sistema já registrava lucro, em parte devido ao aumento do valor da terra ao longo da linha do metrô. Atualmente, o desempenho financeiro da MTR Corporation potencializa os ativos ferroviários por meio da inclusão da locação de unidades comerciais nas estações, publicidade em trens e estações, exploração de imóveis residenciais e propriedade de shopping centers e escritórios.

Fonte: Francesca Romana Medda e Marta Modelewska: Land value capture as a funding source for urban investment, 2011

As cidades que desejam se beneficiar da valorização fundiária podem, por exemplo, aumentar impostos sobre terrenos ou propriedades próximas, cobrar taxas de benfeitorias ou vender direitos especiais de construção. A captura do valor da terra exige que os governos municipais tenham capacidade institucional sólida. Além da capacidade de arrecadar impostos e gerenciar projetos, os governos municipais também precisam realizar avaliações detalhadas com bons dados e comunicar claramente aos proprietários os possíveis benefícios econômicos e ambientais de qualquer projeto de infraestrutura[3].

Além dos benefícios em termos de finanças públicas, muitos autores apontam que a captura do valor da terra também pode ajudar a melhorar a eficiência econômica dos investimentos municipais, contribuir para a equidade social e servir como uma ferramenta para administrar o crescimento urbano e controlar o preço dos terrenos, além de reduzir a incerteza das incorporadoras privadas em relação ao momento da aprovação de projetos e fornecimento de infraestrutura[4].

2. Kamiya, Marco 2016: New solutions to close the gap on municipal finance
3. Godfrey, Nick e Xiao Zhao 2016: Financing the Urban Transition for Sustainable Development
4. The Potential of Land Value Capture for financing urban projects, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2017



Boulder, Colorado, EUA

Em novembro de 2006, os eleitores de Boulder, estado do Colorado, aprovaram o que é considerado o primeiro imposto municipal sobre o carbono. Trata-se de um imposto sobre o consumo de eletricidade (contas de concessionárias de serviços) com deduções para o uso de eletricidade de fontes renováveis. Estima-se que, a partir de 2015, o imposto sobre o carbono de Boulder reduza a geração de carbono em mais de 100.000 toneladas por ano e permita que o município arrecade receitas de US$ 1,8 milhão, que são reinjetadas na cidade. Esses recursos voltam para a comunidade por meio da oferta de ciclovias, soluções energéticas eficientes, descontos para empresas e proprietários de imóveis investirem ainda mais em energia verde e programas comunitários para aumentar a conscientização em torno do movimento.

Fonte: https://insideclimatenews.org/news/02112015/boulder-taxed-its-way-climate-friendlier-future
https://www.smartgrowthamerica.org/app/legacy/documents/Boulder-Carbon-Tax.pdf

"Os economistas gostam de discutir sobre a mudança climática tanto quanto sobre qualquer outra coisa. [...] Mas na maior questão de todas eles concordam, seja qual for a sua convicção política. A melhor forma de combater a mudança climática, insistem eles, é por meio de um imposto global sobre o carbono."

— The Economist, 28 de novembro de 2015

Um imposto sobre o carbono é um imposto cobrado sobre o teor de carbono dos combustíveis e, assim como a negociação de emissões de carbono, é uma forma de precificar o carbono. Até 2018, pelo menos 27 países e governos subnacionais instituíram impostos sobre o carbono[5]. Pesquisas mostram que os impostos sobre o carbono reduzem efetivamente as emissões de gases de efeito estufa. Os impostos sobre o carbono oferecem uma forma potencialmente compensadora para reduzir as emissões dos gases de efeito estufa, e as receitas dos impostos sobre carbono podem ser direcionadas a projetos de desenvolvimento urbano.

Fontes não tributárias

Outras fontes de receitas locais incluem, por exemplo, cobranças (como água, eletricidade, transporte público, estacionamento, uso viário, coleta de lixo), renda de alugueis, multas de trânsito, licenças e alvarás e ingressos para uso de instalações locais. Essas taxas por serviços destinam-se à recuperação total ou parcial do custo da prestação do serviço e, portanto, devem ser uma das ferramentas mais apropriadas para o financiamento de serviços públicos.

Esse é um tipo de receita não tributária para as entidades subnacionais que oferece vantagens importantes para a administração e diversificação de sua estrutura de receitas. Trata-se de uma fonte de receita confiável, justa e eficiente, porque o pagamento é vinculado diretamente ao uso pelo beneficiário e também porque, se gerenciada adequadamente, permite a recuperação dos custos pelos prestadores de serviços. Além disso, os governos municipais também têm uma certa autonomia sobre sua gestão, estrutura de taxas e arrecadação (BID, 2017).

5. "Carbon Taxes: What Can We Learn From International Experience?", Econofact, 2019-05-03

1.1.2. REPASSES INTERGOVERNAMENTAIS

Os recursos transferidos de outras esferas de governo (geralmente a nacional) são uma fonte preponderante de receita para muitos governos municipais e regionais. Ainda assim, muitos governos municipais têm forte dependência de repasses intergovernamentais, e muitos sofrem com repasses instáveis ou inadequados[6].

Dependendo das disposições legais e das estruturas de repasses de cada país, os repasses intergovernamentais podem ser condicionais ou incondicionais e não precisam ser reembolsados. No entanto, existem inúmeras desvantagens relacionadas à alta dependência de repasses. Por um lado, se os recursos repassados forem advindos dos orçamentos nacionais ou federais, sua disponibilidade estará sujeita às tendências macroeconômicas que podem afetar esses orçamentos. Isso torna os repasses uma fonte de financiamento vulnerável, instável e menos previsível, que compromete a capacidade de planejamento de médio e longo prazo no nível municipal. Ademais, quando os repasses têm destinação específicas, as entidades subnacionais podem não ser capazes de empregá-los em suas áreas de maior prioridade (BID 2017). Os repasses também podem não ser usados em todo o seu potencial devido à falta de diálogo entre os setores e de alinhamento de estratégias e prioridades de médio prazo.

Repasses condicionais (vinculados)

Os repasses vinculados têm de ser usados para fins específicos e predefinidos. Se as subvenções condicionais não forem totalmente gastas, sua utilização para financiar outras atividades relacionadas ao clima dependerá das características de tais fundos e do contexto nacional.

Repasses não condicionais (não vinculados)

Os repasses sem destinação específica podem ser empregados para cumprir qualquer propósito, geralmente funções municipais básicas.

Subsídios

Geralmente, os subsídios são considerados um tipo privilegiado de auxílio financeiro e normalmente assumem a forma de redução de impostos. Por meio de subsídios, o governo incentiva empreendimentos que não são efetivamente apoiados pelas ações da economia como um todo, ou que podem ser prejudicados por atividades em economias concorrentes.

1.1.3. OUTROS FINANCIAMENTOS DOMÉSTICOS

Instituições controladas pelo governo de financiamento do desenvolvimento

As instituições de financiamento do desenvolvimento de propriedade do governo podem fornecer subvenções, empréstimos, capital e garantias para reduzir o risco de investimentos municipais e atrair capital privado adicional. Os bancos e fundos de desenvolvimento também podem oferecer recursos a bancos comerciais que, por sua vez, os emprestam a governos municipais ou investidores privados[7].

Fundo de Desenvolvimento Municipal (FDM)

Muitos governos municipais/regionais criaram seu próprio fundo de desenvolvimento dedicado ao desenvolvimento urbano. Os FDMs têm como objetivo a captação de recursos adicionais para fins de investimento público.

Fundo Municipal Verde (FMV), Canadá

O Fundo Municipal Verde foi instituído pelo governo federal no ano 2000. Desde então, ele cresceu para uma dotação de US$ 500 milhões sob a égide da Federação dos Municípios Canadenses (FMC). Atualmente, o FMV financia projetos municipais que propõem soluções inovadoras para enfrentar os desafios ambientais. Seu principal objetivo é ajudar os governos municipais a potencializar investimentos em projetos municipais de sustentabilidade e fornecer subvenções, empréstimos e/ou garantias de empréstimos a beneficiários e projetos elegíveis.

Fonte: https://fcm.ca/en/programs/green-municipal-fund

6. Guia de Finanças Municipais, ONU-HABITAT, 2009
7. Smallridge et al. 2013: The Role of National Development Banks in Catalyzing International Climate Finance

A European Union Programme

Fundo Climático Menos Carbono, Almada, Portugal

Em 2009, a cidade portuguesa de Almada criou o "Fundo Climático Menos Carbono", que visa reduzir a pegada de carbono de Almada por meio do financiamento da eficiência energética e de investimentos em energia renovável.

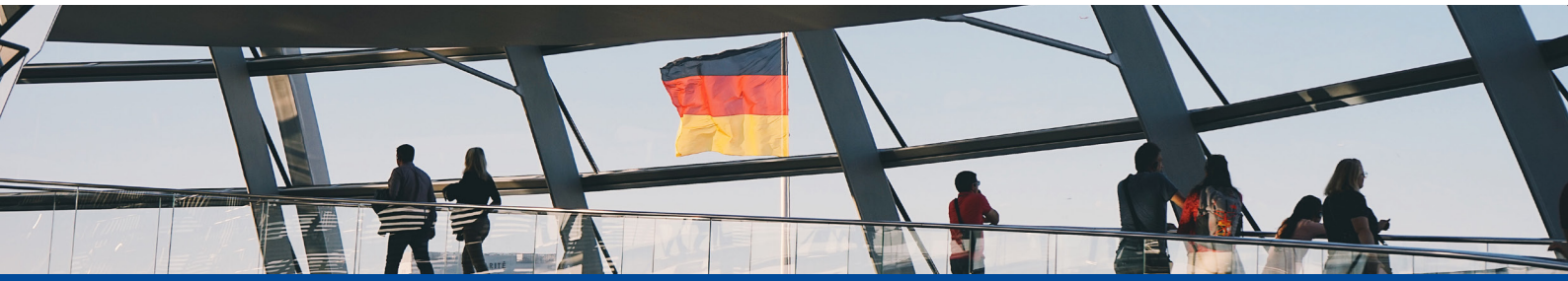
O Fundo Climático Menos Carbono de Almada é um esquema financeiro voluntário, apoiado por uma avaliação econômica simples das emissões de carbono geradas pelas atividades de rotina do município. O fundo assegura que os custos associados às emissões de carbono sejam internalizados e contribuam para sua compensação.

Almada vem usando o fundo com sucesso para ampliar os investimentos em eficiência energética, resultando em um claro benefício financeiro líquido para o município. Outros benefícios incluem aprimoramento da eficiência de recursos, redução das contas de energia e custos de gerenciamento, além de atividades aprimoradas de economia verde local.

Fonte: https://www.covenantofmayors.eu/news-and-events/news/1387-almada,-portugal-a-revolving-fund-for-less-carbon.html

Subvenções

As subvenções são fontes não reembolsáveis. A grande vantagem do financiamento por subvenções é a ausência de custos de financiamento. Por outro lado, as subvenções têm limitação de tempo e nem sempre são sustentáveis após o término do projeto.



Subvenções para o desenvolvimento urbano, Alemanha

Programa em 2017: € 790 milhões em verbas federais para programas de subvenção ao desenvolvimento urbano

O programa "Cidade Social" é um componente voltado para:

- Investimentos em desenvolvimento urbano a fim de melhorar as condições de moradia e vida, e infraestrutura social
- Abordagem interdisciplinar e colaboração (know-how, financiamento), juntamente com outros parceiros
- Incentivo e participação dos moradores
- Gerenciamento de bairros
- Estratégia de desenvolvimento integrado de bairros

Fonte: Tilman Buchholz, Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Predial e Nuclear, Laboratório de Políticas da EUKN para a Espanha, Madri, 2017

Empréstimos concessionais

Os empréstimos concessionais (subsidiados) têm condições mais favoráveis do que os empréstimos a taxas de mercado concedidos por credores privados. Geralmente as taxas de juros são baixas e os prazos de pagamento longos. Eles são usados principalmente para dispêndios de capital em larga escala em infraestrutura com expectativa de criação de fluxos de receita ou redução de custos.

Garantias

Uma garantia pública é um instrumento financeiro que incentiva as instituições financeiras, ou seja, bancos comerciais, mas também bancos públicos, a oferecer empréstimos. As garantias não oferecem auxílio em dinheiro nem qualquer tipo de crédito, mas asseguram que a dívida seja quitada caso o tomador original enfrente dificuldades financeiras e não consiga pagá-la.

A garantia funciona como uma promessa do garantidor ao credor que, no caso do tomador inadimplir em seus pagamentos, ele reembolsará ao emprestador uma proporção especificada do principal perdido. Em outras palavras, o garantidor garantirá que pagará total ou parcialmente o empréstimo em caso de inadimplência do pagamento pelo tomador.

1.2 FONTES PRIVADAS

Grandes investimentos exigem gastos de capital consideráveis. É improvável que as receitas das fontes públicas acima relacionadas (impostos, taxas de usuários e repasses intergovernamentais) para esse fim sejam suficientes, e os governos municipais e regionais podem precisar acessar financiamentos privados.

Empréstimos comerciais

Os empréstimos comerciais são concedidos por bancos comerciais e outras instituições financeiras. Por definição, um empréstimo é dado em troca do pagamento futuro do valor do empréstimo acrescido de juros ou outros encargos financeiros. Um empréstimo pode ser de um valor específico e único, ou pode ficar disponível como uma linha de crédito flexível até um limite ou teto especificado.

Devido à capacidade limitada de endividamento dos governos municipais e regionais e às limitações ao endividamento, os empréstimos geralmente são uma fonte menor de receita dos governos municipais nos países em desenvolvimento. Para solicitar empréstimos, a credibilidade geralmente é uma condição prévia. Uma grande vantagem do uso desse tipo de financiamento externo é que ele permite financiar projetos que o governo municipal não seria capaz de financiar por conta própria. Os empréstimos também podem ser usados para grandes aquisições de equipamentos de capital a fim de viabilizar o crescimento que o governo municipal não poderia pagar de outra forma.

Por outro lado, não se deve esquecer que os emprestadores exigem um retorno sobre seu investimento. Os juros aumentam o custo total do investimento e podem tornar o financiamento externo mais um fardo financeiro do que o planejado originalmente.

Os empréstimos também podem ser usados de forma inovadora e, por exemplo, amortizados por meio das taxas pagas pelos usuários.

Capital

O financiamento por capital pode atrair (também em estágio inicial) recursos de investidores dispostos a assumir riscos em um investimento. Essa modalidade de financiamento também é um método importante para criar e assegurar a responsabilização dos investidores. Uma das vantagens do financiamento por capital próprio é que os recursos captados no mercado não precisam ser reembolsados, diferentemente do financiamento por dívida, que possui um cronograma de amortização definido.

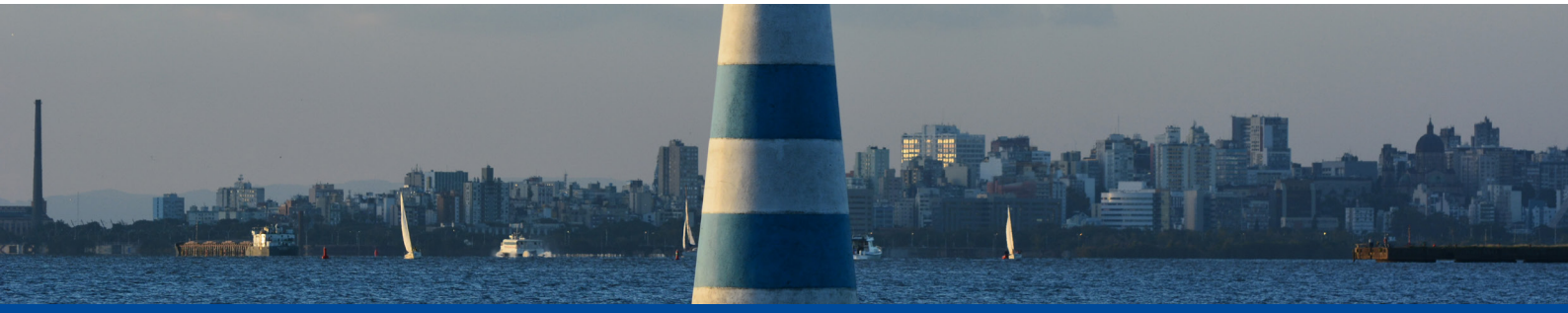
2. CONCLUSÕES

O volume de financiamento disponível para os governos municipais constitui uma determinante importante da quantidade e qualidade dos serviços que eles podem prestar. Quando as receitas captadas localmente são limitadas, as despesas dos governos urbanos são prejudicadas.

Nos últimos anos, as receitas da urbanização acelerada no nível municipal não acompanharam o aumento das necessidades de gastos. Dado que os governos municipais são, em grande medida, responsáveis pelos investimentos em serviços e infraestrutura, o fortalecimento das fontes de receitas existentes nos orçamentos municipais (por exemplo, receita de fontes próprias, repasses etc.) e a adoção de instrumentos financeiros não tradicionais são aspectos cruciais do desenvolvimento urbano da região (UNH 2009).

Tendências e desafios

Há uma tendência crescente de descentralização fiscal, ou seja, a transferência da responsabilidade financeira dos governos centrais para os governos municipais, mas nos países menos desenvolvidos esse avanço ainda é muito lento. A descentralização requer prestação de contas e transparência no nível municipal.



Orçamento participativo, Porto Alegre, Brasil

A primeira cidade a aderir ao orçamento participativo foi Porto Alegre, no Brasil, que introduziu a prática em 1989. Ele é usado agora em muitos municípios brasileiros e diversos países da América Latina e de outras regiões. O orçamento participativo foi introduzido, em parte, como uma forma de equacionar as graves desigualdades na prestação de serviços (principalmente água e saneamento) e a qualidade de vida na cidade.

Fóruns regulares de tomada de decisões, compostos por representantes eleitos, foram criados em diversos níveis: dezesseis fóruns regionais reúnem pessoas de diferentes partes da cidade, cinco fóruns temáticos (como saúde, educação, moradia, saneamento) reúnem pessoas de toda a cidade e um conselho de orçamento municipal é composto por representantes dos fóruns regionais e temáticos.

O processo engloba todos os gastos de capital, que variam de 5% a 15% do orçamento total dos municípios brasileiros. Em Porto Alegre, atualmente o número de participantes no processo orçamentário é superior a 14.000 pessoas.

Fonte: Abers, 2001, Goldsmith e Vainer, 2002 e Serageldin et al., 2008

Por meio da inclusão dos cidadãos na formulação do orçamento, o orçamento participativo é uma forma inovadora de mobilização dos cidadãos e descentralização, além de melhorar a comunicação e o diálogo entre o governo local e os cidadãos. Ele promove a inclusão social por permitir que os cidadãos mais carentes tenham voz nas decisões orçamentárias, e dá poderes às associações de bairro e às pequenas organizações. Contudo, a execução das decisões orçamentárias pode ser demorada, em parte porque é necessário ensinar aos cidadãos os detalhes do funcionamento do processo.

Embora vários governos municipais e regionais estejam usando um amplo leque de instrumentos não tradicionais, como a captura do valor da terra e o capital, seu uso ainda não atingiu seu pleno potencial, e os impostos e repasses governamentais são a fonte de receita mais importante para os governos municipais. Além disso, quanto à tributação, não é fácil conseguir o equilíbrio entre manter a viabilidade econômica das cidades, oferecendo um alto nível de serviços e manter os impostos suficientemente baixos para não desestimular as empresas e para que sejam aceitáveis para os cidadãos. Definir a alíquota e o preço correto das taxas do usuário exige conhecimentos especializados, algo que falta a muitos governos municipais e regionais. Quando muito elevados, os repasses governamentais também podem prejudicar a eficiência da política municipal de preços.

Outro desafio é que os repasses raramente são uma fonte estável e previsível de receitas. A quantidade de recursos que os governos municipais recebem varia de um ano para outro e depende, em parte, da situação fiscal dos governos doadores. A falta de previsibilidade dificulta o planejamento das despesas dos municípios. Quando as subvenções diminuem, os governos municipais e regionais precisam compensar a receita perdida por meio do aumento do imposto sobre a propriedade ou outros impostos, das taxas de usuários e de outras receitas, ou então reduzir as despesas (UNH 2009).

A mobilização de financiamento privado é baixa, sobretudo nos países menos desenvolvidos, devido aos riscos para os setores público e privado. Do ponto de vista dos emprestadores, as restrições incluem a falta de um sistema de contabilidade transparente no nível municipal, a ausência de garantias e a inexistência de fluxos de receitas de projetos, que raramente correspondem aos custos das dívidas comerciais (Cities Alliance 2005).

Para a utilização de fontes públicas ou privadas para mobilizar e operar instrumentos financeiros e gerenciar projetos, os governos municipais e regionais precisam contar com uma estrutura financeira sólida e dispor das competências e capacidades certas. O investimento no aperfeiçoamento da gestão financeira reduz gastos desnecessários, melhora a arrecadação e contribui para impulsionar a capacidade creditícia.

INTERNATIONAL URBAN COOPERATION
European Union

A European Union Programme

O PROGRAMA IUC

O programa Internacional de Cooperação Urbana (IUC) permite que cidades de diferentes regiões do mundo se conectem e compartilhem soluções para problemas comuns. Ele faz parte de uma estratégia de longo prazo da União Europeia para promover o desenvolvimento urbano sustentável em cooperação com os setores público e privado, além de representantes da comunidade de pesquisa e inovação, grupos comunitários e cidadãos. Com sua participação no IUC, as cidades terão a oportunidade de compartilhar e trocar conhecimentos com suas contrapartes internacionais, construindo um futuro mais verde e próspero.

O programa IUC é uma oportunidade para os governos municipais aprenderem mutuamente, estabelecerem metas ambiciosas, firmar parcerias duradouras, testar novas soluções e incrementar a imagem internacional de suas cidades. Suas atividades contribuirão para a consecução de objetivos de políticas, bem como os principais acordos internacionais que tratam de desenvolvimento urbano e mudança climática, como a Agenda Urbana da UE, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e o Acordo de Paris.

AUTORA
Eszter Mogyorósy, Ph.D

LAYOUT
Matteo Franceschi

AGRADECIMENTOS
Silvia Assalini, Giorgia Rambelli, Maryke van Staden

DESIGN GRÁFICO
Sean Carroll, Dennis Kunz (unger+), Rede Europeia de Serviços

A European Union Programme

O conteúdo desta publicação é de exclusiva responsabilidade da Unidade de Coordenação do IUC e não pode, em hipótese alguma, ser considerado indicativo das opiniões da União Europeia. Nem as instituições e órgãos da União Europeia nem qualquer pessoa que atue em seu nome poderão ser responsabilizados pelo uso que possa ser feito das informações aqui contidas.